

HABEAS CORPUS Nº 492.986 - SP (2019/0040062-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : GABRIEL PIRES VIEGAS E OUTRO
ADVOGADOS : MARCELO EGREJA PAPA - SP374632
GABRIEL PIRES VIEGAS - SP421425
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS DEUNGARO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor DOUGLAS DEUNGARO contra decisão proferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu a liminar no HC n. 0004244-11.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 14/1/2019, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 155, § 4º, II e IV, c.c 14, II, ambos do Código Penal, posteriormente, convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu a liminar.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente.

Declara, ainda, a nulidade do processo pela incompetência absoluta do juízo estadual para atuar em suposto crime que lesione o erário federal (Petrobrás Transporte S.A.).

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente e sanada a nulidade apontada.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de "*não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (AgRg no HC 471.195/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)*"

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (e-STJ, fls. 37-38):

"A liminar em 'habeas corpus' é medida excepcional e está reservada para os casos em que avulta flagrante o constrangimento ilegal e essa não é a hipótese dos autos. No caso vertente, observa-se que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, ainda que de forma concisa, está fundamentada e, por isso, ao menos por ora deve subsistir. Apurar se as razões invocadas são ou não

suficientes para sustentar o decidido e se o paciente preenche os requisitos para ser libertado, constitui matéria a ser enfrentada segundo as circunstâncias típicas do caso concreto e analisada pela colenda Câmara no julgamento de mérito, sabido que a medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional. Portanto, indefiro a liminar."

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a imposição da prisão cautelar em desfavor do paciente.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar." 2. Na hipótese, a decisão que rejeitou o pleito liminar não revela ilegalidade apta a justificar pronunciamento antecipado deste Superior Tribunal de Justiça, não sendo o caso de mitigação do referido verbete sumular. 3. A jurisprudência desta Corte é harmônica no sentido de que não ofende o princípio da colegialidade a prolação de decisão monocrática pelo relator, quando estiver em consonância com súmula ou jurisprudência dominante desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo não provido.

(AgRg no HC 481.356/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)"

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF. NÃO SUPERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O mérito da impetração originária não foi analisado pelo Tribunal a quo, a atrair o impeditivo da Súmula n. 691 do STF, que só é ultrapassado nos casos em que a ilegalidade é tão flagrante que não escapa à pronta percepção do julgador.

2. O Juízo singular, ao prolatar a decisão de pronúncia, afirmou permanecerem hígidos os motivos que justificaram a ordem de prisão provisória (os quais já haviam sido considerado idôneos por este órgão colegiado, no julgamento do HC n. 428.580/SP), circunstância que não autoriza a superação do enunciado sumular já mencionado.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

3. Não viola o dever de motivação das decisões judiciais a remissão, na pronúncia, aos fundamentos que ensejaram a decretação da custódia provisória. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 481.679/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)"

Ademais, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Pelo exposto, **indefere-se liminarmente** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

